

# ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

Administração - Rua do Chico Nunes, 173 - Jardim Rebouças - São Paulo/SP  
CEP: 05374-110 - Fone: 5844-1915

Rua Borges Lagoa, 1.555 - CEP: 04038-034 - Telefax: 5571-6801 - São Paulo/SP

Rua do Chico Nunes, 241 - CEP: 05374-110 - Telefax: 5841-9162 - São Paulo/SP

Rua Dom João Batista Nery, 381 - CEP: 04467-050 - Telefax: 5611-0464 - São Paulo/SP

Fundada em 1º de Dezembro de 1.938 / Utilidade Pública Federal / Utilidade Pública Estadual /  
Certificado de Entidade Beneficiante de Assistência Social - Registro na Secretaria Promoção Social nº.239

**CNPJ: 62.440.045/0001-34**

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.014

(versão contabilidade)

<b>ATIVO</b>	<b>2.014</b>	<b>2.013</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2.014</b>	<b>2.013</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidade	746.724	830.813	Contas a Pagar	141.133	108.416
Aplicações Financeiras	1.752.054	1.779.133	Impostos e Contribuições a Recolher	95.240	89.585
Adiantamentos	131.717	154.259	Provisão de Férias	24.792	20.872
Contas a Receber	124.620	195.734	Provisão Indenizações	13.228	29.743
Despesas Exercício Seguinte	4.026	2.459			
			<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>		
<b>PERMANENTE</b>			Patrimônio Social	3.724.965	3.724.965
Investimentos	970	970	Superávit (Déficit) Acumulados	445.326	905.778
Imobilizado	3.061.955	3.040.596	Superávit (Déficit) do Exercício	(349.341)	(460.452)
Depreciações Acumuladas	(1.726.724)	(1.585.059)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.095.343</b>	<b>4.418.906</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.095.343</b>	<b>4.418.906</b>

Maria Bernardete Anhaia Mello de Magalhães  
Diretora Presidente

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli  
Diretora Financeira

Roberto Luis Silva  
CRC:1SP212896/O-7

# ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

CNPJ: 62.440.045/0001-34

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.014

(versão contabilidade)

	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITAS</b>		
1 Donativos e Contribuições	275.891,92	142.904,62
2 Convênios Públicos	3.994.939,59	3.841.926,29
3 Subvenções Públicas	251.750,50	237.620,57
4 Receitas de Projetos	160.145,04	169.683,67
5 Receitas de Eventos	1.085.117,37	1.178.476,94
6 Outras Receitas	389.210,47	406.756,25
7 Receitas Financeiras	239.388,08	201.299,46
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>6.396.442,97</b>	<b>6.178.667,80</b>
<b>DESPESAS</b>		
<b>Despesas com Pessoal</b>		
Despesas com Pessoal	3.643.249,25	3.425.089,13
Encargos com Pessoal	380.607,08	412.535,93
Outras Despesas com Pessoal	258.133,69	69.124,61
<b>Serviços Contratados</b>		
Serviços Prestados Pessoa Física	18.328,28	54.511,44
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	198.974,72	329.617,27
<b>Despesas Manutenção/Conservação</b>		
Manutenção/Conservação Edifícios	345.219,61	334.687,81
Manutenção/Conservação Equipamentos	37.621,72	26.469,96
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>		
Água, Gás e Energia Elétrica	109.137,74	158.023,88
Despesas com Veículos	15.981,33	21.607,77
Seguros Contratados	5.983,61	5.361,14
Telefone	32.161,97	33.158,24
Material de Consumo/Escritório	1.006.286,39	932.575,02
Despesas com Atividades Sociais e Culturais	41.914,26	126.209,31
Despesas com Eventos	205.455,90	242.106,85
<b>Impostos e Taxas</b>		
Impostos Municipais	748,20	741,46
Impostos Estaduais	154,01	631,76
Impostos Federais	2.625,84	923,24
<b>Depreciação</b>		
Despesas com Depreciação	147.287,69	165.553,54
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas Financeiras	5.186,65	3.789,08
<b>Provisões</b>		
Provisão de Férias/13º Salário	290.726,15	296.402,17
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>6.745.784,09</b>	<b>6.639.119,61</b>
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(349.341,12)</b>	<b>(460.451,81)</b>

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli  
Diretora Financeira

Roberto Luis Silva  
CRC:1SP212896/O-7

Maria Bernardete Anhaia Mello de Magalhães  
Diretora Presidente

# ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

CNPJ: 62.440.045/0001-34

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 POR ÁREA DE ATUAÇÃO

(versão contabilidade)

	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITAS SERVIÇOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO</b>		
Centro de Educação Infantil - CEI Anna Cândida Brasil Navarro	1.018.093,18	1.140.732,53
Centro de Educação Infantil - CEI Ana Claudina Carvalho F. de Camargo	1.207.000,58	1.059.662,98
Centro de Educação Infantil - CEI Maria Estefano Maluf	1.123.713,96	998.234,36
Total	3.348.807,72	3.198.629,87
<b>RECEITAS SERVIÇOS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
Centro para Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte	590.513,33	558.214,58
Centro para a Juventude I e II - Educação Empreendedora para Jovens	656.537,08	566.822,86
Centro de Convivência - Jardim Rebouças	6.332,79	5.339,54
Total	1.253.383,20	1.130.376,98
<b>RECEITAS ADMINISTRATIVAS</b>		
Administração Central	7.231,43	1.157,90
Desenvolvimento Institucional	1.787.017,62	1.848.503,05
Total	1.794.249,05	1.849.660,95
<b>TOTAL GERAL DE RECEITAS</b>	<b>6.396.439,97</b>	<b>6.178.667,80</b>
<b>DESPESAS PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO</b>		
Centro de Educação Infantil - CEI Anna Cândida Brasil Navarro	1.136.698,00	1.173.759,30
Centro de Educação Infantil - CEI Ana Claudina Carvalho F. de Camargo	1.286.141,89	1.221.326,43
Centro de Educação Infantil - CEI Maria Estefano Maluf	1.079.765,46	1.061.834,68
Total	3.502.605,35	3.456.920,41
<b>DESPESAS PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
Centro para Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte	1.009.405,53	914.319,89
Centro para a Juventude I e II - Educação Empreendedora para Jovens	884.246,09	965.346,06
Centro de Convivência - Jardim Rebouças	324.560,71	271.089,55
Total	2.218.212,33	2.150.755,50
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
Administração Central	682.797,61	561.766,05
Desenvolvimento Institucional	342.168,80	469.677,65
Total	1.024.966,41	1.031.443,70
<b>TOTAL GERAL DE DESPESAS</b>	<b>6.745.784,09</b>	<b>6.639.119,61</b>
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(349.344,12)</b>	<b>(460.451,81)</b>

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli  
Diretora Financeira

Roberto Luis Silva  
CRC:1SP212896/O-7

Maria Bernardete Anhaia Mello de Magalhães  
Diretora Presidente

# ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

CNPJ: 62.440.045/0001-34

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.014

(versão contabilidade)

	<u>2.014</u>	<u>2.013</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Déficit do exercício	(349.341,12)	(460.451,81)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciações	147.287,69	165.553,54
Provisão para riscos e processos judiciais	(16.514,87)	1.744,96
Baixa de itens do ativo imobilizado	2.302,12	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	71.113,22	(127.813,99)
Adiantamentos a fornecedores	20.984,76	(83.781,85)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	33.164,56	(70.136,78)
Provisão para riscos e processos judiciais	-	(13.256,55)
Obrigações sociais a recolher	11.575,26	(40.706,90)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(79.428,38)</u>	<u>(628.849,38)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Títulos e valores mobiliários	26.079,25	676.674,26
Aquisição de bens do ativo imobilizado	<u>(28.358,65)</u>	<u>(85.412,45)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(2.279,40)</u>	<u>591.261,81</u>
<b>REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><u>(81.089,71)</u></u>	<u><u>(37.587,57)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	830.813,28	868.400,85
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	748.723,57	830.813,28
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><u>(82.089,71)</u></u>	<u><u>(37.587,57)</u></u>

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli  
Diretora Financeira

Roberto Luís Silva  
CRC:1SP212896/O-7

Maria Bernardete Anhaia Mello de Magalhães  
Diretora Presidente

# ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

CNPJ: 62.440.045/0001-34

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.014

(versão contabilidade)

	2.014	2.013
Superávit (Déficit) do Exercício	(349.341,12)	(460.451,81)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	<b>(349.341,12)</b>	<b>(460.451,81)</b>

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli  
Diretora Financeira

Roberto Luis Silva  
CRC:1SP212896/O-7

Maria Bernardete Anhaia Mello de Magalhães  
Diretora Presidente

# ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

CNPJ: 62.440.045/0001-34

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.014

(versão contabilidade)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2.012	3.724.965,05	905.777,71	4.630.742,76
Superávit (Déficit) do Exercício	-	(460.451,81)	(460.451,81)
Saldos em 31 de Dezembro de 2.013	3.724.965,05	445.325,90	<b>4.170.290,95</b>
Superávit (Déficit) do Exercício	-	(349.341,12)	(349.341,12)
Saldos em 31 de Dezembro de 2.014	3.724.965,05	95.984,78	<b>3.820.949,83</b>

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli  
Diretora Financeira

Roberto Luis Silva  
CRC:1SP212896/O-7

Maria Bernardete Anhaia Mello de Magalhães  
Diretora Presidente

# ***Associação Obra do Berço***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2014 e  
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.





## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da  
Associação Obra do Berço  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Obra do Berço (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Obra do Berço em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC).

São Paulo, 13 de abril de 2015

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 000164/O-4

João Rafael Araújo  
Contador  
CRC nº 1 SP 246752/O-6

## ASSOCIAÇÃO OBRA DO BERÇO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Associação “Obra do Berço” (“Associação”), cuja constituição é por tempo indeterminado, tem por fim imprimir permanente atividade ao amparo as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, promovendo ações educativas, culturais, de assistência social e de saúde, por meio de seus programas de atendimento. Tem como missão promover ações educativas, culturais, sociais e de saúde à criança, ao jovem, ao adolescente e às famílias, visando à formação de um ser humano participativo e consciente de seu papel como cidadão.

É uma entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal, sem fins lucrativos, fundada em 1938 pela religiosa Mère Amedée, do Colégio Nossa Senhora de Sion, na cidade de São Paulo, com o propósito de confeccionar e distribuir enxovais a recém-nascidos carentes.

Conforme Portaria nº 173, de 25 de fevereiro de 2011, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação concluiu terem sido atendidos os requerimentos de entidade de assistência social e certificou a Associação pelo período de 15 de dezembro de 2009 a 14 de dezembro de 2012, como Entidade Beneficente de Assistência Social. Em 02 de julho de 2012 a Associação entrou com um pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, em conformidade com a Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009.

A Associação é regulada pelo Código Civil Brasileiro e, por não ter característica de pessoa jurídica nem de empresa, não está sujeita ao pagamento de tributos sobre o faturamento. Está sujeita apenas ao pagamento do Programa de Integração Social - PIS, com base na folha de pagamento, das contribuições previdenciárias e dos impostos retidos na fonte.

#### 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC), as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e a NBC-T nº 19.4, aprovada pela Resolução nº 1.305, de 25 de novembro de 2010, relativas a entidades sem fins lucrativos.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 2.3. Apuração do déficit/superávit

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência dos exercícios. As receitas correspondem, principalmente, às receitas de contribuições e doações vinculadas a projetos relacionados à Associação.

## 2.4. Doações e contribuições

As doações e contribuições recebidas que visam ao patrocínio de serviços e projetos, bem como a receita financeira resultante da aplicação desses recursos antes de sua alocação ao serviço e/ou projeto, foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o estatuto social. As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica são reconhecidas na rubrica “Receitas com doações” e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

## 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em fundos de caixa, recursos em contas-correntes bancárias de livre movimentação e de aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias.

## 2.6. Títulos e valores mobiliários

Classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento dos exercícios, equivalentes ao seu valor justo.

## 2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear com base na estimativa da vida útil-econômica de cada ativo ou componentes de um ativo. O valor residual, a vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados no encerramento dos exercícios e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

## 2.8. Provisão para riscos trabalhistas

Constituída para causas cujos riscos de perda são avaliados como prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Associação, considerando a natureza dos processos e a experiência dos assessores jurídicos e da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

## 2.9. Provisão para férias e encargos sociais

Constituída com base na remuneração dos empregados e nos direitos adquiridos nas datas de encerramento dos exercícios, incluindo o abono de férias e os respectivos encargos.

## 2.10. Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Associação, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à determinação da provisão para riscos e à determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	2	1
Bancos conta movimento	<u>747</u>	<u>829</u>
Total	<u>749</u>	<u>830</u>

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a operações de renda fixa, que têm por objetivo buscar a valorização das cotas por meio da aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros, remunerados a taxas que variam de 98,00% a 101,72% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, sendo R\$ 1.753 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.779 em 31 de dezembro de 2013).

## 5. CONTAS A RECEBER

Representam contribuições mensais da Prefeitura do Município de São Paulo para os serviços conveniados, sendo R\$ 125 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 196 em 31 de dezembro de 2013).

## 6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	<u>2014</u> Custo	<u>2014</u> Depreciação acumulada	Valor líquido	<u>2013</u> Valor líquido
Edifícios	4	2.176	(1.126)	1.050	1.138
Equipamentos, móveis e utensílios	10 a 20	707	(452)	255	280
Instalações	10	125	(96)	29	35
Veículos	20	<u>54</u>	<u>(54)</u>	-	<u>3</u>
Total		<u>3.062</u>	<u>(1.728)</u>	<u>1.334</u>	<u>3.041</u>

A movimentação do ativo imobilizado é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.536
Adições	85
Depreciações	<u>(165)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.456
Adições	28
Baixas	(2)
Depreciações	<u>(148)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.334</u>

## 7. FORNECEDORES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ações socio-educativas	57	27
Consumo e manutenção	67	54
Eventos beneficentes	-	1
Serviços prestados	15	8
Outros	<u>2</u>	<u>18</u>
Total	<u>141</u>	<u>108</u>

## 8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão de férias	72	21
Programa de Integração Social – PIS	6	5
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	27	24
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	33	35
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	<u>29</u>	<u>25</u>
Total	<u>167</u>	<u>110</u>

## 9. PROVISÃO PARA RISCOS

### Riscos Trabalhistas

A Associação possui processos judiciais na área trabalhista, surgidos no curso normal de suas operações, envolvendo questões relacionadas a diferenças de horas extras e reflexos em verbas rescisórias. A Administração, com base na análise dos processos em andamento e tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos externos, constituiu provisão para riscos de R\$ 13 para cobrir prováveis desfechos desfavoráveis em processos trabalhistas em andamento em 31 de dezembro de 2014.

### IRRF sobre os rendimentos financeiros

Com a promulgação da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, as entidades imunes passaram a ser tributadas pelo IRRF sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras de rendas fixa e variável. A Associação, alegando inconstitucionalidade da Lei e amparada por liminar concedida em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.802-3, expedida pela Justiça Federal em dezembro de 1997, não tem os seus rendimentos tributados pelo IRRF desde janeiro de 1998. A Associação, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que avaliam como remota a possibilidade de perda, não constituiu provisão para a eventual perda do referido processo.

### Isenção de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU)

A Associação recebeu uma comunicação da Prefeitura da Cidade de São Paulo – Subdivisão de Imunidades, revogando a imunidade tributária do IPTU alegando que a contribuinte não teria comprovado atendimento aos requisitos legais para a manutenção do benefício de isenção, relativo aos exercícios de 2009 a 2015. Em 31 de dezembro de 2014, os assessores jurídicos da Associação classificaram essa causa com probabilidade de perda possível, não tendo sido, portanto, contabilizadas provisões para riscos no valor de R\$ 116.

## 10. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Associação apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesa com pessoal	(4.003)	(3.792)
Materiais de consumo e manutenção	(1.657)	(1.582)
Taxas e contribuições	(384)	(414)
Serviços prestados	(277)	(382)
Depreciações	(148)	(165)
Eventos beneficentes, ações sócio-educativas e outros	<u>(275)</u>	<u>(304)</u>
Total	<u>(6.744)</u>	<u>(6.639)</u>

Adicionalmente, o Instituto recebeu a título de doação, serviços de auditoria cujos honorários estimados em aproximadamente R\$ 45.000 em 2014 (R\$ 41.000 em 2013).

## 11. SUBVENÇÕES MUNICIPAIS

Representam convênios celebrados com a Prefeitura do Município de São Paulo para o desenvolvimento de atividades sociais, conforme a seguir:

- Serviço Centros de Educação Infantil - unidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação;
- Serviço Centro de Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte - conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

- Serviço Centro de Juventude – Educação Empreendedora para Jovens - conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

## 12. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Associação, que não possui fins lucrativos, é isenta do pagamento de impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com o artigo 150, da Constituição Federal, e também das contribuições sobre o total das remunerações pagas aos empregados, de acordo com o artigo 55, da Lei nº 8.212/91, com a alteração dada pela Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1996.

A Associação conseguiu renovar o certificado de filantropia do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que assegura imunidade das contribuições da cota patronal do INSS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A renovação foi concedida conforme Portaria nº 173, de 25 de fevereiro de 2011 e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação concluiu terem sido atendidos os requerimentos de entidade de assistência social e certificou a Associação pelo período de 15 de dezembro de 2009 a 14 de dezembro de 2012. Em 02 de julho de 2012, a Associação protocolou junto ao Ministério da Educação – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, requerimento de Renovação da concessão de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, ainda em análise.

Em 2014 e em 2013, os recursos recebidos pela Associação foram aplicados em projetos de caráter social, conforme descrito na nota explicativa nº 1, e no custeio de suas atividades.

## 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Associação, representados por títulos e valores mobiliários, contas a receber e fornecedores. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de juros, por índices inflacionários, entre outros.

### b) Valores contábeis e de mercado de instrumentos financeiros

A Administração da Associação considera que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método do custo amortizado, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

### c) Riscos de capital

A Associação depende de doações e subvenções para continuar operando e exercendo suas atividades sociais. A Associação entende que continuará recebendo as doações e subvenções necessárias.



#### 14. SUPERÁVIT ACUMULADO

O superávit apurado é acumulado para ser utilizado nos gastos com os projetos vinculados à Associação e não pode ser distribuído sob nenhuma forma.

#### 15. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras.

---